

● Nacional

ESTRATÉGIA

Expansão econômica...

por Celso Pinto

de São Paulo

(Continuação da 1º página)

de um rígido controle de

preços sobre a indústria. O

rigor do governo ao não

aceitar repasses de aumen-

tos trimestrais sobre os

preços serviria — e, de fa-

to, serviu em alguns casos

— como freio à prodigali-

dade empresarial em acei-

tar a trimestralidade. Esta

face do controle, diga-se,

foi saudada com igual entu-

siasmo no Ministério da

Fazenda e na Secretaria do

Planejamento.

Só que a rigidez da fiscaliza-

ção dos preços, que fun-

cionou, durante alguns me-

ses, como congelamento e

não apenas como controle,

acabou contribuindo, decis-

ivamente, para acelerar

os salários reais. A brusca

queda das taxas mensais

de inflação, tanto quanto o

congelamento de vários

preços públicos básicos,

funcionaram como alimen-

tadores adicionais do poder

aquisitivo dos assalaria-

dos.

Salários mais altos e

maior nível de emprego

são boas notícias, mas, se

não vêm acompanhados de

ganhos de produtividade,

nem refletem um cresci-

mento sustentável, podem

criar problemas. Esta é a

preocupação atual encon-

trável na Sepplan, na Fazen-

da, no Palácio do Planalto

e em certos setores empre-

sariais.

A preocupação da Fazenda

é mais antiga. Já em ju-

lho, quando o ministro

Francisco Dornelles tentou

fazer aprovar uma subesti-

mação na correção da ta-

bela do Imposto de Renda

na fonte das pessoas físi-

cas, sua intenção, explíci-

ta, era tanto aumentar os

recursos da União quanto

reduzir a demanda, que

considerava exacerbada.

Assessores diretos do mi-

nistério em Brasília, assim

como economistas ligados

a ele, como o presidente da

Comissão de Valores Mobi-

liários, Adroaldo Moura da

Silva, vêm alertando, há al-

gum tempo, para as pres-

sões do salário real e o efei-

to perverso que poderão ter

sobre a inflação e as expor-

tações industriais.

A Sepplan levou mais tem-

po para admitir que esta

poderia ser uma área de

tensão a curto prazo. Mas,

a bem da verdade, o minis-

tro João Sayad sempre es-

teve atento ao tema; tanto

que aceitou remar contra a

simpática corrente que pe-

dia forte recomposição do

valor real do salário míni-

mo em 1º de maio.

Sayad costuma dizer que

a expansão econômica pu-

xada pela demanda, via sa-

lários reais, tem fôlego cur-

to e pode ser inflacionária.

Ele está preocupado com a

perspectiva de aumento de

350% na folha salarial do

governo e tem transmitido

aos empresários com quem

tem conversado seu receio

com as pressões trabalhis-

tas no segundo semestre. A

análise do assessor espe-

cial econômico do presi-

dente Sarney, Luís Paulo

Rosemberg, não é essen-

cialmente diferente.

Estes próximos meses

trazem um motivo adicio-

nal de preocupação. De um

lado, a descompressão

(previsível) dos controles

de preços volta a jogar pa-

ra cima o índice inflacioná-

rio. Isto deverá reduzir o

salário real. Como, no en-

tanto, este processo coinci-

dirá com demandas tra-

balhistas pesadas (comerciá-

rios, bancários, metalúrgi-

cos de São Paulo), deverá

significar, também, mais

tensão.

Quase todos concordam

com a análise, mas é muito

mais difícil ouvir sugestões

práticas razoáveis para li-

dar com o problema. Muito

pouca gente, no País, acha

que se o número de funcio-

nários públicos fosse par-

cialmente enxugado haveria

alguma perda real de eficiência

ou qualidade.

Poucos, contudo, têm cora-

gem de dizer isto, e quase

ninguém arrisca propor de-

missões. Há óbvios custos

políticos, agravados pelo

fato de a economia conti-

nuar a trabalhar muito lon-

ge de pleno emprego.

Na verdade, reclama-se

do empreguismo público,

tanto quanto se condena a

penúria financeira do setor

público, originada, em

grande medida, pela explo-

são da dimensão e do custo

do endividamento externo.

Esquece-se de que, em am-

bos os casos, o setor públ

ico deteriorou sua situação,

em parte para atenuar os

problemas gerados pelo

ajuste do setor privado.

Outra alternativa para li-

dar com pressões do salá-

rio real seria apertar a lei

salarial. Esta parece, hoje,

uma alternativa tão viável

quanto a de vender a Am-

azônia para pagar a dívida

externa.

A pressão pela trimestrali-

dade, na realidade, não

parece tão descabida quan-

do se recorda que os aplica-

dores financeiros têm ga-

ranta de reajustes men-

sais de seus ganhos e os ex-

portadores a segurança de

ajustes diárias. Apenas os

salários continuam a dar

sua parcela de contribui-

ção, aceitando perder acei-

tadamente seu valor real

ao longo de seis penos

meses. Também não soa

razoável pedir sacrifícios

adicionais aos trabalhado-

res, quando se aceita como

razoável, ou inevitável, um

salto nos juros reais.

A escalada dos salários

reais pode pressionar, mas

a existência de capacidade

ociosa atenua seus efeitos

inflacionários. A demanda

está puxando o crescimen-

to, mas nem todos admis-

tem a idéia de que já esta-

ria caracterizada uma in-

flação de demanda. De res-

to, o controle de preços po-

de reduzir a transmissão

de pressões de custo sobre

os preços.

Há uma movimentação

geral em torno desta ques-

tão no governo central, em

áreas políticas e empresá-

riais. Os impulsos para es-

ta agitação têm saído, os-

tentivamente, de Brasília.

A realidade, no entanto, é

que, mesmo entre os asses-

sores econômicos mais

preocupados com o tema,

existe certa resignação so-

bre o desfecho. Mudar a

política salarial ou demitir

em massa são alternativas

inviáveis; implantar políti-

cas de forte contenção da

demanda ou detonar um

"pacto social" de afogadi-

lo parecem soluções ir-

realistas.

Resta assimilar o que pa-

rece a alguns inevitável:

admitir uma ligeira mu-

dança de patamar da infla-

ção, para algo entre 10 a

12% ao mês, e tentar admi-

nistrar este salto da forma

menos traumática possí-

vel, através do controle de

preços.

Expansão econômica preocupa o governo

ECONOMIA
por Celso Pinto
de São Paulo

O comércio paulista conseguiu aumentar suas vendas, de janeiro a julho, 60% acima da inflação, graças basicamente aos bens de consumo duráveis. As fábricas de automóveis, em julho, produziram e venderam tanto quanto o faziam durante o ano de ouro de 1980 e o início de 1981. As grandes montadoras ampliaram em um turno sua produção, e só a Volks contratou 4 mil novos funcionários.

Para bom número de economistas e boa parte do governo, estas são notícias preocupantes.

Duas coisas parecem claras neste recente surto de euforia na economia brasileira. Trata-se de uma expansão concentrada no setor de bens de consumo. E está sendo impulsionada, basicamente, por um vigoroso aumento nos salários reais.

A tendência de aumento nos salários reais não é tão recente. Desde o primeiro semestre o índice está crescendo e, em julho, chegou a um nível não igualado nos últimos dois anos. A causa é simples: desde o final do ano passado, tanto o governo quanto a iniciativa privada têm sido prodígios na concessão de aumentos salariais, quer através de recomposições de perdas passadas, quer pela generalização de aumentos trimestrais.

Também não é difícil identificar a razão destas pressões por aumentos reais, quando se considera a transição democrática e o longo período de contenção dos salários. Sabia-se com tanta precisão que estas demandas viriam que se imaginou, ainda na gestão da candidatura Tancredo Neves, o "pacto social" como seu melhor antídoto.

A inesperada ascensão de José Sarney adiou o pacto, mas a área econômica de seu governo imaginou ter encontrado um similar na adoção

(Continua na página 5)

Domingo

Domingo